

GRAMSCI E FREIRE: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NO PENSAMENTO POLÍTICO PEDAGÓGICO BRASILEIRO

Francisca Eleodora Santos Severino
Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

“Se a história é um garimpo, a memória é a bateia que revolve o cascalho do passado e busca dados preciosos para continuar nossa luta”. (Nosella, 2004)

Introdução

A comunicação apresenta uma reflexão sobre as convergências e divergências quanto à contribuição filosófica de Antônio Gramsci para o pensamento educacional brasileiro mediada pela obra de Paulo Freire, contribuição que nos últimos anos, tem tido ressonância também em toda América Latina, e quiçá em países de língua portuguesa pelo mundo. A diferenciação decorre do recorte teórico metodológico que se faz na interface de duas grandes disciplinas: Filosofia e Sociologia da Educação. A presença de Gramsci na cultura latino-americana justifica a reflexão a partir desse entrelaçamento teórico pois, como Freire, acreditamos que o enfrentamento dos desafios sociais na Educação não prescinde da filosofia quando se trata de dimensionar o Projeto político pedagógico e o perfil político da sociedade na qual se constitui, no bojo de múltiplos conflitos, o novo homem ou o homem-mundo.

O trabalho busca evidenciar as matrizes fundantes que se constituem como nexos explicativos da realidade social, herança da contribuição conceitual marxiana, reinterpretada por Gramsci e que são indispensáveis para a compreensão da obra freiriana, naquilo que diz respeito ao homem comum e seu ideal de liberdade bem como ao pensamento revolucionário da atualidade latino americana. Embora seja uma releitura do debate da década de 80, que pontuava ‘as ideias mais propaladas de Antônio Gramsci’, já feita competentemente por Nosella (1992-2005) e outros autores brasileiros, consideramos importante retomar a reflexão no âmbito da pedagogia de Freire, por se tratar de perspectiva relevante para que as novas gerações de educadores compartilhem ideias seminais que nos foram legadas por Gramsci e que sutilmente impregnaram a obra freiriana.

Esta retomada das posições de Freire mediante as quais resgata ideias mais emancipadas de Gramsci e que paulatinamente vem contribuindo para que o pensamento pedagógico

brasileiro assuma sua dimensão política (Nosella 2005), necessita ser revisitada em momentos marcados por transformações profundas, como este que atravessamos e que vem sendo capitaneado pelos interesses neoliberais.

Em contrapartida aos avanços do neoliberalismo, que direciona a educação para o mercado de trabalho, temos claro que o marco de referência da educação popular, no âmbito das políticas públicas, está contido em um

“conjunto de experiências que se forjaram junto às classes populares no chão das fábricas, em sindicatos, nas comunidades de base e Igrejas, nas universidades, no campo, na cidade e na floresta, com os mais diferentes grupos, os trabalhadores, especialmente os em situação de pobreza, excluídos de seus direitos básicos” (Brasil, p.1).

A impregnação gramsciana na obra de Freire é clara e não é demais que se diga que recebe também importantes influências do pensamento de Lenin, em diálogo com Marx. Por suas peculiaridades histórico processuais o pensamento de Paulo Freire (1921-1997), é decisivamente permeado por essas ideias no concernente a uma mudança revolucionária de paradigma conceitual, necessário à construção democrática do Estado em países em desenvolvimento retardatário, como muitos na América Latina no período que envolveu as décadas de 1950, 1960, 1970. As lutas populares desencadeadas no período podem ser referidas mediante dois conceitos paradigmáticos: libertação, cunhado por Freire e hegemonia, cunhado por Gramsci; entrelaçados, tornaram-se indispensáveis no desenho de um projeto alternativo na pedagogia do oprimido, tal como praticado por Freire inicialmente na experiência de Angicos no Estado do Rio Grande do Norte em 1963.

Nos interstícios da obra de Freire vêm-se decisivos diálogos não apenas com Marx, com o qual tomou contato conceitual no Chile durante sua permanência nesse país no período de 1964 a 1969, mas também com autores marxistas entre aos quais destaque coube a Antônio Gramsci (1893-1937), em particular no concernente ao conceito de liberdade que vai impregnar sua obra em especial a *Pedagogia do Oprimido*, passando pela *Ação cultural para a liberdade* até a *Pedagogia da esperança*, texto este escrito na gestão de Luiza Erundina de cujo governo foi Secretário da Educação em 1999.... Os próprios títulos das obras de Freire já antecipam seu conteúdo gramsciano e tal fato nos leva a supor que ele advoga a visão de homem numa sociedade em acelerado processo de mudança, pela herança marxista-leninista refinada pela Filosofia da Práxis com a qual Gramsci explicita uma justificação ético-política de educação popular. Com bem afirma Eric Hobsbawm,

“Gramsci ajudou os marxistas a se libertarem do marxismo vulgar. A força de seu compromisso intelectual está no fato de que não se tratava de um compromisso puramente acadêmico. A práxis estimulava e fecundava sua teoria, até representar seu objetivo final. Somos gratos a Gramsci não só pelo permanente estímulo intelectual que ele representa, mas por nos ter ensinado que o esforço para transformar o mundo não só é compatível com o pensamento histórico original, sutil e de olhos abertos, mas que, sem ele, é um esforço impossível”. (Hobsbawn, in Coutinho, et al. 1999)¹

Em vista disto, iniciamos nossa reflexão levantando questões sobre a impregnação conceitual gramsciana no Brasil e na América Latina, em particular quanto à postura ético política de educação, tão bem explícita na obra freiriana e já bastante estudada por educadores brasileiros; contudo ainda é válido perguntar em que medida Gramsci constitui um horizonte indispensável à construção freiriana da ideia de liberdade e se é possível um ideal de sociedade democrática em países que se transformam rumo à uma nova ordem de forma acelerada e selvagem.

Para dar conta desta reflexão, a obra de referência de Gramsci será *Cadernos do Cárcere*, com organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho et al.(1999), bem como os estudos de Nosella em *A escola de Gramsci* (1992). Por seu turno, a referência principal para o estudo de Freire será a *Pedagogia do Oprimido*, no original manuscrito de 1968, oferecido a Jacques Chonchol, ex-ministro de Salvador Allende, que fraternalmente recebera Freire no Chile, no traumático momento de seu exílio e que sem demora, dadas as condições críticas da América Latina sob ditadura militar, lhe apresenta a obra de Marx. A partir daí Freire, que já antecipara sua preocupação com a educação na experiência de educação de adultos na cidade de Angicos no Estado do Rio Grande do Norte, quando coloca em prática suas ideias pedagógicas que à luz das categorias de Gramsci se revigoram. Essa experiência desenvolvida em 1963 constitui-se como um marco na luta pela universalização da educação. De fato, expressa uma concepção de educação profundamente ligada às condições sociais do povo brasileiro e da América Latina no seu processo de desenraizamento rural quando, em nome da industrialização nacional, ocorre a divisão do trabalho entre campo e cidade, divisão que joga massas de analfabetos ao seu destino de deserdados do mundo.

¹ Esta citação está na última contracapa do livro Antônio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, organizado por Carlos Nelson Coutinho e outros, pela Editora Civilização Brasileira em 1999.

Examinando os nexos mais profundos da sociologia da educação brasileira, é possível fazer aflorar a contribuição de Gramsci no cerne da pedagogia estatuída por Freire e que se constitui como suporte à compreensão da educação no âmbito dos movimentos de educação popular, bem como, um pouco mais tarde, nas década de 70/80, nos movimentos do operariado brasileiro em luta aguerrida contra o capital gerido naquele momento por uma burguesia subserviente à ditadura militar. Em vista disto, cabe destacar alguns elementos do pensamento de Gramsci ao discutir as relações da educação do homem comum submetido às condições adversas de um Estado Nacional que se constrói sob o jugo ditatorial de Mussolini. “É uma realidade que ele gostaria de mudar e que, no entanto, política e ideologicamente, está cada vez mais envolvida e ‘educada’ por um estado facista” (Nosella,1992- p. 84) .

No contexto dos *Cadernos do Cárcere* (1999), Gramsci entende que a contradição que conduz a luta social, sendo historicamente determinada, encontra-se em permanente tensão nos segmentos sociais de interesses conflitantes e que por falta de condições objetivas no âmbito das relações sociais e produtivas desdobram-se para o campo da cultura e da produção do conhecimento intelectual.

No Brasil do sec. XX, a forma histórica que dá contorno ao estado burguês assume características inimagináveis. O proletariado que fora arrastado para o movimento político e que sustentava o movimento social na Europa dando-lhe condições de continuidade, ainda não existia ou era inconsistente na América Latina. No caso brasileiro e mesmo no caso latino-americano, restou à burguesia nacional buscar nos segmentos desfavorecidos a sua condição de continuidade na incipiente construção do Estado Nacional. Eis porque Paulo Freire, pela mediação do conceito libertação e de Intelectual mediador dos Círculos de Cultura, procura na sabedoria popular o desvelamento de uma nova forma com novo nível de consistência, à simultânea construção de uma vida cidadã par e passo com a “moderna” construção do Estado Nacional brasileiro, como consta do documento intitulado *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*:

“A educação popular deu suporte a um dos mais ambiciosos programas brasileiros de alfabetização, proposto pelo ministro da educação do governo João Goulart, Paulo de Tarso. Paulo Freire assumiu o cargo de coordenador do então criado Programa Nacional de Alfabetização a partir do qual, utilizando seu método, pretendia alfabetizar 5 milhões de adultos em mais de 20 mil círculos de cultura em todo o país”.(Brasil- 2014-p.1)

Mesmo no contexto reformista da construção da nação brasileira, a luta contra o analfabetismo representam um marco na superação da visão estreita de que intelectual é uma categoria destinada aos segmentos mais abastados da elite ou à classe dirigente. Paulo Freire soube ver nos ensinamentos de Gramsci uma proposta mais ampla de educação. De fato, uma proposta universalista da educação em todos os graus, uma educação para a democracia tecida na luta política do contexto da construção do Estado Nacional. A experiência de Angicos, há exatos 50 anos atrás, o encontro com Jacques Chonchol no Chile, particularmente no contexto ditatorial em meados dos anos 60; mais a escritura da *Pedagogia do Oprimido*, que registra e sintetiza esta quebra de paradigma sobre a concepção do ser intelectual, são momentos históricos de uma importância incomensurável para os povos latinoamericanos, fundamentalmente quando expressa a dimensão política como fundamento da função gnosiológica da educação. Ultrapassando a visão estreita de que a vida intelectual e mesmo a atividade dirigente são destinadas apenas aos segmentos mais cultos das elites, a proposta de Gramsci impressas nos *Cadernos do Cárcere* (1999) e no *O Moderno Príncipe* (1976), entre outros escritos, é o legado que, sem sombra de dúvida, Freire mais valoriza

Tal qual em Gramsci, a proposta pedagógica de Freire ultrapassa a educação escolar, sua luta contra o analfabetismo é também uma luta de educação política que potencializa a construção popular do Estado para o bem comum, com vistas ao compartilhamento de uma vida cidadã.

Como já afirmara Aristóteles, a educação desenvolve a segurança e a saúde do Estado. Portanto ela é fundamental por ter como meta a cidade perfeita e o cidadão feliz. É aqui que encontramos, nos ensinamentos de Gramsci, as lições do príncipe em sua obra *Maquiavel, o Príncipe e o Estado Moderno* (1976). As lições do Príncipe pelas lentes de Gramsci e da filosofia da práxis muito influenciaram Paulo Freire e mesmo que sendo exaustivamente analisadas, ainda hoje, estão a demandar novas pesquisas, dada a complexidade das relações fundantes do Estado Nacional na América Latina, sob o jugo de ditaduras militares que, orquestrando a organização da Nação burguesa, marcou indelevelmente sua origem nas décadas de 50/60, atrelando a educação ao seu desenvolvimento. A luta educacional de Freire como a de Gramsci, foi de resistência ao Estado autoritário e às sociedades fascistas.

Segundo Aristóteles, a educação deve ocupar a vida toda do cidadão fornecendo a unidade orgânica ao Estado por isso ela é de responsabilidade do legislador, o único que pode estabelecer leis e princípios gerais. Assim ela não pode ser negligenciada considerando-se que

a educação do homem irá desenvolver as bases da mais importante da ciência, ou seja, a Política que tem por objeto o bem comum. Todavia Aristóteles está falando de um Estado organizado em castas e por isso mesmo insuficiente como modelo para a sociedade atual. Mesmo assim, suas teses sobre a pedagogia política de sustentação do estado muito irá contribuir para o esclarecimento das suas limitações e contradições no plano de uma gestão social democrática. A educação será promovida mediante um conjunto de atividades pedagógicas coordenadas e geridas pelo legislador que toma por princípio orientado a virtude. A pedagogia política aristotélica esclarece também, pela contradição, a necessidade de sua superação no aprendizado da luta social. É aqui que a reflexão de Gramsci sobre Sorel, sobre o mito soreliano, sobre Maquiavel, a virtude e o príncipe moderno irão dar subsídios para uma melhor adequação entre teoria e prática e inspiração para se compreender a ação política. O príncipe de Maquiavel, de fato uma alegoria retomada por Sorel para, através do sindicato ou do partido político, organizar a vontade coletiva, é interpretado por Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere* como uma abstração artística que atua para aglutinar o povo disperso e pulverizado, despertando e organizando sua vontade coletiva. Entretanto, no caminho apontado por Marx em a *Crítica da Economia política* quando diz que “ Só o desenvolvimento do pensamento abstrato, que vai do mais simples ao mais complexo, poderia corresponder ao processo histórico real” (K. Marx- 1859), Gramsci vai além dos ensinamentos de Sorel. Fazendo a crítica do caráter abstrato da concepção soreliana da condução da vontade geral para além da ação da política sindical, ele afirma que para que o príncipe moderno deixe de ser uma abstração deve-se interpretar a substância da vontade coletiva e para tanto o caminho é uma análise histórico econômica da estrutura social. Assim, deve-se procurar a razão dos sucessivos fracassos que circunscrevem a criação da vontade coletiva. Para ele, de fato a razão dos fracassos está nas condições objetivas da existência de determinados segmentos sociais tais como aqueles que se formam a partir da dissolução da burguesia comunal ou nos grupos religiosos. Segmentos que confrontados pela nova condição de existência criam uma situação econômico corporativa interna ao segmento, de fato uma situação estagnante que trava o progressismo. Gramsci esclarece então que há duas ordens de interpretação do príncipe na constituição do estado moderno: de um lado a ordem ditatorial e absolutista da classe hegemônica e, de outro, a ordem da coerência de programas legitimados pelo consenso popular.

Nos escritos de Marx, a educação passa pelo crivo da luta de classe tal como explicito nas obras *Lutas de Classes na França* (1850), *O Dezoito de Brumário* (1853), *Crítica da*

Economia Política, (1859) e com Engels, em *A ideologia Alemã*, (1854) e o *Manifesto do partido Comunista* (1848). Este crivo expõe as limitações da filosofia aristotélica que submete o cidadão à coordenação e gestão do legislador, numa estratificação social desigual e excludente. Este princípio explicativo que passa pela luta de classes abre um decisivo espaço para a compreensão da criação da nação burguesa, e como se viu pela concepção aristotélica de educação, passa pelas instituições que lhe garantem sustentação como é o caso da escola e do campo jurídico, onde atua o legislador. Encontramos em Marx uma avaliação crítica da “função civilizadora” do capital, que de um lado, ao reproduzir-se, produz a nação burguesa e, de outro lado, educa crianças e operários para um sobre trabalho necessário para produzir o excedente. Marx explica que na divisão do trabalho o processo que produz a alienação humana tem como consequência uma pedagogia social que disciplina o homem, adulto ou criança à produção do excedente e à obediência servil ao estado nacional. Em consonância com Marx, no caderno 11 § 5, referindo-se à Labriola, Gramsci diz que:

“Hegel já afirmara que a servidão é o berço da liberdade. Para Hegel, como para Maquiavel, ‘o principado novo’ (ou seja o período ditatorial que caracteriza os inícios de todo tipo novo de Estado) e a servidão que disso resulta são justificados somente como educação e disciplina do homem não ainda livre. Mas B. Spaventa (*Principii di ética*, Apêndice, Napoles,1914) comenta oportunamente: ‘ Mas o berço não é a vida. Alguns gostariam que ficássemos sempre no berço.’ (GRAMSCI. *Cadernos do Cárcere*, 1999, p.99)

Como se sabe, a Filosofia da Práxis é categoria central cunhada por Gramsci para recuperar do materialismo histórico de Marx e Engels suas principais lições, suas diretrizes sobre a experiência concreta da luta de classes. Marx esclareceu que essa visão da educação política é herança da filosofia aristotélica que, passando por Hegel e Montesquieu, fora atrelada ao processo de desenvolvimento da nação burguesa, na qual a gestão desta educação tem como a finalidade última a produção da alienação para a expropriação do sobre trabalho humano. Tendo como referência essa questão, Gramsci elege como seu principal foco a reflexão sobre o papel do intelectual condutor da cultura e o Príncipe de Maquiavel condutor da educação política. Trata-se de dirigentes que colocam em prática uma pedagogia voltada para a educação das massas, legislando como recomendavam Aristóteles, Hegel e Montesquieu em prol da construção de uma sociedade ordeira e na organização do Estado, sua principal instituição. Entretanto é bom que se diga que na visão política de Aristóteles existe uma unidade orgânica entre a natureza política do indivíduo e o Estado. Sendo então definido

como um ser civil, ele terá vida plena inserido na cidade que assegurará as condições básicas para a sua existência. Desse modo, tal indivíduo está submetido à condução pedagógica do legislador que o guiará rumo à prática das virtudes; educação que será praticada de acordo com a moral ligada à vida política do Estado estabelecendo um equilíbrio político no seu interior. Sendo a educação um assunto público, o fim deste indivíduo será promovido de modo a coincidir com o fim do Estado.

Na *Ideologia alemã*, ao comentar a primeira grande divisão do trabalho que se dá entre cidade e campo, Marx e Engels afirmam que essa divisão condenou a população rural ao embrutecimento ao mesmo tempo em que, submetendo o homem da cidade ao trabalho individual, aniquilou a possibilidade do desenvolvimento físico de quem mora no campo e intelectual, de quem mora na cidade. A divisão do trabalho entre cidade e campo sacrifica todas as potencialidades humanas intelectuais e físicas. No caso latino-americano, em geral, e no caso brasileiro, em particular, a constituição do Estado Nacional tem sua soberania limitada por sua condição de dependência e mesmo sob a ditadura militar esta condição exacerbou-se a tal ponto que pode-se reconhecer aqui as duas ordens de interpretação do Estado: a primeira sob a liderança do príncipe ditatorial e a segunda nos movimentos populares entre os quais destaca-se o papel da educação de adultos em Angicos Rio Grande do Norte que inaugurou no Brasil uma nova pedagogia que tem como meta a prática política da liberdade.

Dos anos 50, no Brasil, temos na memória lutas sociais, em particular aquelas das Ligas Camponesas que se alastraram pelo Norte e Nordeste do país como um rastilho de pólvora. Fresca na memória está também a experiência de alfabetização de Angicos-RN, em 63 desenvolvida e praticada por Paulo Freire. Dos anos 70, a memória guarda grande contingente de trabalhadores e estudantes que confrontavam a ditadura nas ruas de todo o país em defesa dos deserdados do mundo. A partir daí, reflexões teóricas e muitas experiências práticas se acumularam e se produziram no tecido social sob a égide do conceito de educação para a liberdade. Tal conceito que como herança da filosofia aristotélica, impregnara as lições de Maquiavel, as teses de Montesquieu e o legislador é reinterpretado por Marx na reflexão sobre as lições pedagógicas de *As lutas de classes na França* e no memorável *Dezoito de Brumário*, sendo então o guia leninista do processo revolucionário na Rússia e seus escritos sobre o Estado, a vanguarda do proletariado. A liberdade então, como conceito educativo, é retomado por Gramsci quando fala sobre o papel pedagógico do

condottiere incorporado por Benedetto Croce na organização do proletariado, na luta contra a ditadura de Mussolini na Itália e, por fim, por Paulo Freire que vê nos ensinamentos desses autores sobre a prática da liberdade a chave de uma nova forma de leitura do mundo. Todavia, a primeira fase do pensamento de Freire está impregnada de uma proposta libertadora que passa pelo existencialismo de Gabriel Marcel e de Karl Jaspers e pelo personalismo cristão de E. Mounier. É a partir de seu exílio no Chile e da convivência com Jacques Chonchol que se pode observar sua transformação intelectual rumo ao marxismo mais comprometido com as questões relativas à educação política. Ele vê então na obra de Gramsci a mediação necessária para o amadurecimento da proposta de educação iniciada em Angicos nesta primeira fase de sua reflexão. Mesmo que ainda não plenamente consciente, a experiência de Angicos foi de fato para Freire, para o Brasil e para a América Latina um fragmento do encontro de uma fermentação política com um processo de mudança pedagógica mais amplo. Nesse âmbito, é grande a contribuição de Gramsci para a obra *A Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, senão vejamos:

Gramsci desenvolve e avança muito a contribuição de Croce, recuperando as lições da Filosofia da Práxis de Marx e Engels. Com base na contribuição destes autores, de Labriola e Croce, para citar apenas alguns, e em particular em Marx, ele esclarece que nesta reflexão sobre a construção da nação burguesa coexistem, se imbricam e se contradizem duas ordens de interpretação do Príncipe, sendo a primeira a ordem ditatorial representada pelo poder absolutista da elite dirigente ou da classe dominante; e a segunda ordem, a do consenso popular representante da vontade do povo, cabendo, no caso brasileiro a experiência de Angicos no Rio Grande do Norte em 1963. Pode-se afirmar que Angicos foi a expressão da fermentação de um processo de mudança de educação política mais amplo, interrompido pela ditadura militar

Referências

FREIRE, Paulo. (2013). *A Pedagogia do Oprimido*. 53 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2011). *Ação Cultural para a Liberdade*. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2011). *Pedagogia da Esperança*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRAMSCI, Antônio. (1999). L. S *Cadernos do Cárcere* - Introdução ao Estudo de Benedetto Croce. (Orgs. Coutinho, C. N. – Nogueira, M.A._ HENRIQUES, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1976). *Maquiavel, A política e o Estado Moderno*. Trad. GAZENEO, L.M. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

NOSELLA, Paolo. (1992). *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____ (2005) Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. *Educação e Sociedade*, v ol26, n.90, p. 223-238, Jan./Abr.

_____ (2004) *Relendo Gramsci: Compromisso Político e Competência técnica*. Disponível em <http://www.acesa.com/Gramsci/?page=visualizar&id=6>.

MARX, Karl. (1977). *O Dezoito de Brumário*. in: MARX, Karl & ENGELS, Friederich. *Textos 3*. São Paulo: Ed. Sociais.

MARX, Karl. (1977). *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friederich, *Textos 3*. São Paulo: Ed. Sociais.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, (1987) *O Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Edições Progresso, impresso na Rússia.

MARX, Karl (s/d). *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Ed. Presença

BRASIL.(2014). *Marco de referência de educação popular para as políticas públicas*. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República.

SEVERINO, Francisca E.S. (2014) Crítica às formas de distribuição das responsabilidades e dos recursos públicos na políticas educacionais: contribuições de Freire e Gramsci. In: MACEDO, Eunice. (2014). *Fazer educação, fazer política, linguagem, resistência e ação*. Porto: Legis Editora. (Col. Querer Saber, nº 5).